

União e São Paulo a um passo do acordo de rolagem da dívida

Pública

SÃO PAULO — Apenas a forma de rolagem da dívida mobiliária separa o Estado de São Paulo de um acerto de contas com a União. O Governo paulista tem rolado a cada três meses, junto ao mercado financeiro, 90% de sua dívida mobiliária, calculada em US\$ 5,3 bilhões. Por força de uma resolução do Banco Central, São Paulo teria que refinanciar um máximo de 83%, resgatando os 17% restantes a cada vencimento.

Segundo o secretário estadual da Fazenda, Eduardo Maia, se não puder continuar rolando 90%, o estado dificilmente aceitará fechar um acordo com o Governo federal, comprometendo, no primeiro ano, 9% de sua receita para a amortização de sua dívida oficial. O nível de pagamento, assim, recuará para 7%, inviabilizando o acerto global que a União vem negociando com os demais estados.

O Ministério da Fazenda não abre mão de um mínimo de 9% para qualquer estado, e obteve a concordância da maioria dos governos estaduais. Mas o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Luiz Verdini Salomão, adiantou ontem que o nível de comprometimento terá que ser o

mesmo para todos.

— Alguns estados, como Santa Catarina e Ceará, têm honrado suas dívidas em dia. Um acerto diferenciado corresponderia à premiação dos maus pagadores — justificou Salomão.

São Paulo deve 28% do estoque total das dívidas dos estados, com um volume declarado pelo Ministério da Fazenda e reconhecido pelo Governo paulista da ordem de US\$ 15 bilhões. Desse total, US\$ 1,5 bilhão já está refinanciado e outros US\$ 4 bilhões se referem a endividamento externo, cuja renegociação está subordinada ao acordo brasileiro com seus credores. A rolagem que vai ser objeto de acordo soma US\$ 4,1 bilhões, com prazo de amortização em 20 anos.

Hoje, os secretários de Fazenda de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará encontram-se com o deputado federal Germano Rigotto (PMDB-RS), relator do projeto de lei que permitirá a rolagem das dívidas. O encontro criou a expectativa de que poderá sair um acordo provisório até a aprovação da lei pelo Congresso Nacional, mas a Fazenda paulista não crê nesta hipótese.

Os maiores devedores (per capita) *

ESTADOS	US\$
1. Amapá	1.294,24
2. Mato Grosso do Sul	658,65
3. Mato Grosso	636,70
4. Roraima	632,10
5. Acre	566,79
6. Goiás	551,64
7. Rio de Janeiro	487,85
8. São Paulo	483,56
9. Rio Grande do Sul	471,40
10. Amazonas	460,10
11. Paraíba	425,42
12. Minas Gerais	400,39
13. Maranhão	331,04
14. Santa Catarina	323,51
15. Piauí	306,12
16. Sergipe	297,98
17. Paraná	255,75
18. Bahia	227,86
19. Alagoas	225,11
20. Espírito Santo	211,04
21. Ceará	188,92
22. Rio Grande do Norte	154,37
23. Pará	143,92
24. Tocantins	140,63
25. Rondônia	125,66
26. Pernambuco	111,85

FONTE: Ministério da Fazenda